



Índice

- 01** [Prazo para indígenas deixarem Museu do Índio termina](#)
- 02** [Índio filho do 'Obama da aldeia' relata adaptação a Nova York](#)
- 03** [Índios prometem resistir à desocupação de museu no Rio](#)
- 04** [Prazo para retirada de índios de museu é estendido até quinta-feira](#)
- 05** [Aldeia Maracanã: clima de tensão marca indígenas que ocupam prédio](#)
- 06** [Índios celebram casamento em meio à tensão na Aldeia Maracanã](#)
- 07** [Prefeitura faz cadastramento de ribeirinhos na região do Taquari](#)
- 08** [Inkra assina acordo com lideranças quilombolas do Maranhão](#)
- 09** [Impactos da mineração nas comunidades quilombolas indígenas](#)
- 10** [Saneamento rural depende do envolvimento das comunidades quilombolas](#)
- 11** [Cinco focos de ferrugem na soja são encontrados em área indígena de MT](#)



Prazo para indígenas deixarem Museu do Índio termina

SÍTIO TERRA, 18.03.2013

Terminou nesta segunda-feira (18) o prazo de 72 horas para a saída espontânea dos dez indígenas que ocupam o Museu do Índio, no Maracanã. O grupo se revoltou na sexta-feira (15) após receber a notificação de imissão de posse, entregue por um oficial de justiça. Como protesto, fizeram cinco pessoas reféns, inclusive a subsecretária estadual de Direitos Humanos do Rio, Andréa Sepúlveda, que foi liberada, junto dos outros reféns, no mesmo dia.

Segundo comunicado da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), divulgado no sábado, "a equipe da Secretaria reforçou, mais uma vez, as propostas do Governo do Estado de criação de um Centro de Referência Indígena, próximo à Quinta da Boa Vista, e do Conselho Estadual Indígena, e garantiu que até que estas medidas sejam efetivadas, os índios terão à sua disposição um local provisório para hospedagem emergencial. Aqueles que não aceitarem ir para o mesmo local, receberão o benefício temporário do aluguel social e seus bens serão igualmente transportados".

O prédio do Museu do Índio deverá ser restaurado pelo concessionário que vencer a licitação para administrar o Maracanã. A construção estava ameaçada de demolição, mas foi salva devido a uma liminar do Tribunal de Justiça, no final de janeiro, às vésperas do prazo dado pela procuradoria do estado para a desocupação do imóvel. Segundo o governo, o prédio e outros imóveis foram comprados pelo estado em 2012 por R\$ 60 milhões.

Na ocasião, o governo informou a possibilidade de manter o prédio devido a seu valor histórico. O estado ainda não esclareceu qual será a destinação do imóvel.



Índio filho do 'Obama da aldeia' relata adaptação a Nova York

SÍTIO TERRA, 18.03.2013

Nilson Tuwe Huni Kui, de 29 anos, vem povo indígena Huni Kiu Kaxinawa, de uma aldeia, na região amazônica do Acre, de apenas apenas 600 pessoas.

O ativista, líder indígena e cineasta está vivendo, por nove meses, um cotidiano muito distinto da sua realidade cotidiana, vivendo na cidade de Nova York.

"Cheguei à cidade de Nova York diretamente da Floresta Amazônica ocidental brasileira. É uma viagem muito longa, chega primeiro sua matéria, você chega fisicamente supercansado. De um tempo que vai chegando seu espírito. Porque você vem muito rápido de avião, então seu espírito chega depois", comenta.

Para chegar à aldeia de Nilson, é preciso realizar uma viagem de barco de cinco dias a partir da cidade mais próxima.

O jovem líder indígena está passando nove meses em Nova York para aprender inglês

Ele está na cidade para aprender inglês. Nilson conta que o processo de adaptação tem sido complicado.

Choque

"Ao chegar aqui foi um choque, foi uma impressão muito forte. Primeiro, é uma cidade muito grande, com muita gente, de várias partes do mundo, que que falam línguas diferentes, que tem uma culinária diferente e, aqui, o clima é muito frio", descreve.

Mas, a despeito das dificuldades iniciais, ele preza a experiência e o aprendizado.

"Eu sou filho de uma grande liderança, o meu pai é como se fosse o Obama lá da minha terra. Eu fui educado e escolhido como uma jovem liderança de meu povo, para ser um mensageiro. O meu sonho era poder aprender o inglês, divulgar a cultura do meu povo, conseguir mais parcerias."

Ele se diz fascinado pela tecnologia e por imagens. "Eu adoro a tecnologia e adoro trabalhar com filmagem. Através da tecnologia, você pode conhecer o mundo e pode fazer o mundo conhecer melhor o seu mundo. Eu gostaria muito, futuramente, de ser um profissional, na área do audiovisual, para ajudar o meu povo."

Atualmente, ele prepara um documentário sobre tribos isoladas.



Índios prometem resistir à desocupação de museu no Rio

SÍTIO G1, 18.03.2013

O prazo para a desocupação do antigo Museu do Índio, na Zona Norte do Rio de Janeiro, termina nesta quarta-feira (20), segundo a Justiça Federal, e o clima é de tensão no local que os índios chamam de Aldeia Maracanã. Afonso Apurinã, um dos líderes dos indígenas, afirmou ao G1 que o grupo não pretende deixar o local. A 8ª Vara Federal Cível do Rio concedeu imissão de posse em favor do governo estadual e os índios foram notificados na sexta-feira (15).

"Estamos aguardando e vamos manter a resistência porque não houve acordo algum. Não houve local definido, prazo, documento lavrado em cartório, nada. Por isso, não vamos sair", disse Apurinã, fazendo referência à proposta do governo estadual de criar o Centro de Referência da Cultura dos Povos Indígenas, que abrigaria o grupo.

Procurada pelo G1, a Secretaria estadual de Assistência Social informou que mais de uma vez buscou diálogo com os índios e que o caso está sendo tratado pela Justiça. (Veja abaixo a nota na íntegra)

Defensor teme confronto

Na sexta-feira (15), a Defensoria Pública da União (DPU) entrou com agravo de instrumento no Tribunal Regional Federal do Rio contra a decisão. No entanto, o recurso ainda não foi julgado em 2ª instância. De acordo com a Justiça Federal do Rio, a ordem judicial pode ser cumprida a partir das 6h de quinta-feira (21), quando já terá expirado o prazo de 72 horas.

O defensor Daniel Macedo disse temer um confronto entre os índios e o Batalhão de Choque (BPChq), que deve ser enviado ao local, junto com oficiais de Justiça, para fazer cumprir a determinação.



Prazo para retirada de índios de museu é estendido até quinta-feira

SÍTIO EBC, 18.03.2013

O prazo para a retirada dos índios que ocupam, desde 2006, o prédio do antigo Museu do Índio, ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, se esgota às 6h de próxima quinta-feira (21), ao contrário do que havia sido interpretado na última sexta-feira (15), quando decisão judicial dava 72 horas. A informação é do defensor público Daniel Macedo, que ingressou no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) com recurso para tentar barrar o mandado de imissão de posse concedido em primeira instância pela Justiça Federal ao governo do estado, que poderá resultar na expulsão dos índios do imóvel.

"Há uma decisão judicial da 8ª Vara Federal determinando a imissão na posse. Eu recorri por intermédio de um agravo de instrumento. Estive pessoalmente hoje com o desembargador, apresentei as razões pelas quais entendo que os índios devem permanecer ali, ele ponderou e acredito que de hoje para amanhã saia uma nova decisão, para manter a decisão do juiz de piso ou para reformá-la", explicou o defensor.

Macedo esclareceu que a medida judicial contava o prazo em três dias, mas sem incluir o sábado (16) e o domingo (17). Assim, somente a partir de quinta-feira o prédio poderá ser desocupado, se for o caso, por ação de forças policiais. "De qualquer forma, a polícia só pode entrar a partir de quinta-feira, com a presença de dois oficiais de Justiça, com as cautelas de praxe, a fim de resguardar a integridade física de qualquer pessoa que lá dentro esteja", disse.

O defensor se reuniu, na tarde de hoje (18), com os índios e explicou que eles deveriam obedecer a decisão Judicial. Porém, reconheceu que o ânimo dentro da Aldeia Maracanã, como foi apelidado o local, não é totalmente pacífico. "Eu me reuni com eles e expliquei que, surgindo uma decisão judicial, têm que cumprir, não podem ser recalcitrante. Só que os índios têm outra mentalidade e entenderam que a proposta feita pelo governo do estado é que ficarão em um hotel que alberga moradores de rua. É incompatível um quatinho de hotel, no qual os índios, que têm sua própria cultura, vão conviver com moradores de rua, sem nenhum demérito", declarou.

Segundo o defensor, isso poderá resultar em um choque cultural, que acabará por colocar dezenas de índios nas ruas do centro do Rio. "A minha preocupação é que os índios vão para esse hotel e um mês depois estarão na rua. Aí eu vou ter 60 índios na rua. Os índios estão ali desde 2006 e o prédio nunca atrapalhou a mobilidade de ninguém."

O governo do estado primeiramente queria demolir o prédio, construído no século 19, que abrigou o Serviço de Proteção ao Índio, comandado pelo marechal Cândido Rondon e depois foi transformado em Museu do Índio, tendo entre seus diretores o antropólogo Darcy Ribeiro. Por último, o governo estadual anunciou que preservará o imóvel, mas o transformará em um Museu Olímpico. Os índios desejam que o local abrigue um centro cultural indígena.



Aldeia Maracanã: clima de tensão marca indígenas que ocupam prédio

SÍTIO TERRA, 18.03.2013

Motivo de embate entre indígenas e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Aldeia Maracanã ganhou mais um capítulo nesta segunda-feira, dia em que chegou ao fim o prazo dado pela Justiça para desocupação do prédio. Até o presente momento, o recurso dos advogados da Defensoria Pública da União (DPU) contra a decisão, pedido na última sexta-feira, não foi julgado, embora já tenha havido uma conversa entre os defensores e dois desembargadores a fim de um desfecho favorável.

Durante o dia houve uma intensificação do aparato policial em frente à Aldeia Maracanã. O maior temor dos ambientalistas e simpatizantes é que haja um confronto entre a Tropa de Choque da Polícia Militar e os cerca de 75 índios presentes no local.

Sérgio Ricardo, ambientalista e envolvido na causa, ressaltou sua preocupação com o passar das horas. Segundo ele, não houve uma decisão do Governo do Estado que favorecesse os índios.

"Nós estamos muito preocupados que aconteça uma tragédia lá, porque da outra vez aconteceu um forte aparato policial, que está se formando novamente. Eu não sei qual a orientação (dos policiais). Da outra vez eles vieram com uma ordem direta do Governo de retirar as pessoas. Mas uma houve uma forte mobilização, tanto da imprensa internacional, do poder público, parlamentar... E conseguimos uma liminar", disse ao SRZD.

O prédio que o Governo do Rio pretende transformar em Museu Olímpico tem 150 anos. Pertenceu ao duque casado com a Princesa Leopoldina. Ali os irmãos Villas-Bôas trabalharam. Depois, Darcy Ribeiro atuou no local, onde fundou o primeiro Museu do Índio do Brasil. "É um local com muita memória imaterial", apontou Sérgio.

A ideia original dos índios era que se criasse um centro de cultura e, num período a médio-longo prazo, a primeira universidade voltada aos povos indígenas do país. Eles conseguiram evitar a demolição da construção, ideia original do Governo. "Houve toda uma tentativa do governador de demolir. No entanto, ele insiste e não quer nenhum acordo sobre isso (Aldeia Maracanã)", concluiu.

A construção do museu e sua consequente administração ficarão a cargo da empresa que conseguir vencer a licitação do Novo Maracanã. A IMX, uma das empresas do bilionário Eike Batista, é a favorita para ganhar a disputa. O Complexo, reformado para as disputas da Copa das Confederações e a Copa do Mundo, tem previsão de conclusão para o fim de abril.

A reportagem do SRZD entrou em contato com a Polícia Militar, mas não obteve uma resposta sobre o aparato policial no local.



Boletim de Notícias - Edição nº 048 / 2013

Brasília, 19 de março de 2013.

Índios celebram casamento em meio à tensão na Aldeia Maracanã

SÍTIO UOL, 18.03.2013

Em meio à tensão que tomou conta dos cerca de 75 índios presentes na Aldeia Maracanã nesta segunda-feira, visto que expirou o prazo de 72 horas dado pela Justiça para que os ocupantes se retirassem do local, os indígenas realizaram uma cerimônia de casamento nesta tarde. A informação foi dada por um dos líderes do movimento indígena, Dauá Puri.

Ao longo dia houve uma intensificação do aparato policial em frente ao local, que será transformado em Museu Olímpico pelo Governo do Rio de Janeiro.

Os defensores públicos da União que defendem a causa indígena passaram o dia no Tribunal de Justiça tentando derrumar a ação que determinou a saída dos índios do local.



Prefeitura faz recadastramento de ribeirinhos na região do Taquari

SÍTIO CORREIODECORUMBA, 18.03.2013

A Prefeitura de Corumbá iniciou nesta segunda-feira (18) o recadastramento das famílias ribeirinhas na região do rio Taquari. Técnicos da Defesa Civil vão percorrer toda a localidade fazendo a contagem populacional e o levantamento do perfil sócio-econômico dos moradores. O trabalho dá subsídio ao Programa Social Povo das Águas, cuja primeira edição de 2013 começa no próximo dia 28 na mesma localidade.

"A Defesa Civil vem se empenhando para levar sua missão, como órgão responsável pela prevenção, ação, articulação, coordenação, planejamento e promoção da defesa permanente contra desastres naturais de maior prevalência no município, além de outros trabalhos voltados à ajuda humanitária às comunidades de nossa região que de alguma forma sofrem algum tipo de risco social", afirmou o chefe da Defesa Civil, Isaque do Nascimento.

O levantamento só termina no próximo dia 24. A equipe da Prefeitura conta com o apoio de uma embarcação da Polícia Militar Ambiental (PMA). Pelo menos 250 famílias moram na área do Médio Pantanal, que compreendem as colônias São Domingos, Bracinho, Cedro, Rio Negro, Corixão e Cedrinho.



Incra assina acordo com lideranças quilombolas do Maranhão

SÍTIO TOP, 18.03.2013

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão e representantes do Movimento Quilombola do Estado do Maranhão, (Moquibom) assinaram na tarde de quinta-feira (14) um termo de compromisso que estabelece um prazo de 90 dias para a contratação, por meio do pregão regional, de vinte relatórios antropológicos para comunidades quilombolas.

O acordo foi assinado após uma reunião, onde os quilombolas apresentaram diversas reivindicações relacionadas à compromissos assumidos em 2011. José Inácio Rodrigues, superintendente do Incra-MA, ressalta que o órgão não tem medido esforços para atender as demandas trazidas pelos quilombolas e lembrou que a assinatura do termo de compromisso mostra o intuito da instituição em buscar solucionar os impasses relacionados aos problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas no Maranhão.

As vinte comunidades quilombolas que serão contempladas com estes relatórios situam-se nos municípios Peri-Mirim, Bequimão, Cedral, Central do Maranhão, Palmeirândia, Mirinzal, Pinheiro, Santa Helena, Serrano do Maranhão, Pirapemas, Turilândia, Presidente Vargas e Santa Inês.



Boletim de Notícias - Edição nº 048 / 2013

Brasília, 19 de março de 2013.

Impactos da mineração nas comunidades quilombolas indígenas

SÍTIO RACISMOAMBIENTAL, 18.03.2013

“Este vídeo, publicado em 17 de março de 2013 e editado a partir das contribuições dos assessores durante o “Encontro sobre os impactos da mineração nas comunidades tradicionais”, realizado pela CPT Nacional em novembro de 2012, busca ajudar todas as lideranças de comunidades, militantes sociais, agentes pastorais e demais interessados para compreender melhor a atual fase de expansão (contexto, legislação, fundo social etc) do setor minerário no Brasil, bem como o aumento dos conflitos no campo e nas cidades”. Compartilhado por Thomas Bauer.

Esta notícia possui recursos multimídia. [Clique aqui.](#)



Saneamento rural depende do envolvimento das comunidades quilombolas

SÍTIO JORNALBRASIL, 18.03.2013

O envolvimento das comunidades no controle e na definição dos modelos de saneamento a serem adotados nas áreas rurais foi classificado como imprescindível em uma mesa redonda realizada na tarde de hoje (18) no 4º Seminário Internacional de Engenharia em Saúde Pública.

A especialista do Banco Mundial Juliana Garrido expôs dados sobre a realidade brasileira e afirmou que os moradores dos locais beneficiados devem participar do planejamento das ações, inclusive definindo quanto podem pagar, e se manterem engajados na fiscalização dos sistemas, com a assistência técnica de profissionais qualificados.

"Quanto mais você envolver a comunidade, mas ela se compromete com o bem que está sendo entregue e com o serviço que vai ser provido", disse. Segundo Juliana, quando há uma assistência especializada e o engajamento popular, o serviço se mantém operante pelo triplo do tempo, e os custos para atualizá-los são mais baixos.

De acordo com os dados apresentados, enquanto 98% da população urbana têm acesso à distribuição de água, apenas 81% dos habitantes das áreas rurais dispõem do mesmo serviço. A situação é pior quanto ao esgotamento sanitário, que está presente em 80% dos lares brasileiros, mas beneficia 50% da população rural, deixando 15 milhões de pessoas de fora.

Uma das grandes barreiras apontadas para o saneamento nas áreas rurais são a pobreza, a dispersão das comunidades e a falta de interesse dos entes públicos. O presidente da Fundação Nacional de Saúde, Gilson Carvalho, que participou do debate, afirmou que a meta da Funasa é levar o saneamento a 750 comunidades rurais e 375 quilombolas até 2015.



Cinco focos de ferrugem na soja são encontrados em área indígena de MT
SÍTIO G1, 18.03.2013

Cinco focos da ferrugem asiática foram encontrados nas lavouras de soja situadas na área Indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso. Dos casos registrados no Consórcio Antiferrugem da Embrapa, quatro estão em Alto Boa Vista a 1.064 quilômetros de Cuiabá e um em São Félix do Araguaia, a 1.159 quilômetros da capital. No total, 101 ocorrências foram encontradas nos estado na safra 12/13.

Com esses novos casos, mais de 341 mil hectares de soja, ou 4,3% da área de soja de Mato Grosso correm alto risco de serem infectadas pela doença. A área integra a terra desocupada pelos produtores rurais em função de uma decisão judicial a favor dos indígenas da etnia Xavante.

O coordenador da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wanderlei Dias Guerra, pede mais atenção dos produtores de Querência, Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia, Porto Alegre do Norte, São José do Xingu, Canarana e Água Boa.

"A ferrugem está muito ativa na região e propícia para a proliferação", explica. De acordo com ele, a situação pode ficar pior se ocorrer chuvas neste período, multiplicando os casos da doença nas lavouras de soja. O representante do ministério acrescenta que providências jurídicas estão sendo tomadas para tentar autorização da colheita e pulverização das lavouras infectadas.

Desocupação

Desde 1992, as mais de 165 mil hectares da então gleba Suía Missú, nas proximidades do município de Alto Boa Vista, a 1.064 quilômetros de Cuiabá, foram ocupadas em grande parte por produtores rurais, a maioria pecuaristas, e famílias que se mudaram para o vilarejo que se formou, denominado Estrela do Araguaia (Posto da Mata), a despeito da decisão do governo federal de demarcar a terra como reserva xavante Marãiwatsédé.

Após longo processo judicial no qual os ocupantes não-índios perderam o direito sobre as terras, a força-tarefa conjunta coordenada por oficiais de Justiça e forças policiais cumpriu em dezembro do ano passado decisão de "desintrusão", operação que resultou no abandono forçado de duas áreas de lavoura de soja.